



Sindsep realiza Prestação de Contas de 2023 e Previsão Orçamentária para 2025

O Sindsep realizou na tarde de ontem, 27, assembleias de Prestação de Contas e Previsão Orçamentária Anual.

As assembleias aconteceram no auditório do Sindsep, e também de forma online, ampliando assim o número de participantes.

No primeiro momento o plenário debateu sobre a Prestação de Contas do ano de 2023, a qual, foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

Após a assembleia de Prestação de Contas, iniciou-se a de Previsão Orçamentária para o ano de 2025.

Nesse segundo momento os diretores e filiados do Sindsep puderam ter a dimensão sobre as finanças previstas para 2025 e onde serão alocados os recursos.

Ao final das assembleias a Direção do Sindsep entendeu como positiva a ação, e ratificou novamente o compromisso da entidade com uma gestão transparente e participativa.



Inscrições abertas para o processo seletivo de 2025 do Colégio Universitário (Colun)

O Colégio Universitário (Colun) da Universidade Federal do Maranhão está com inscrições abertas para o processo seletivo de 2025. Os interessados têm até o dia 12 de dezembro para se inscrever, e a avaliação será

realizada em janeiro do próximo ano.

O diretor do Colun, professor Paulo Sérgio, detalhou os níveis de ensino oferecidos, o processo seletivo, a prova de conhecimentos específicos e a qualidade

de do ensino da instituição.

Para mais informações, o edital completo está disponível no site da Fundação Sôsândrade - www.fsaduconcursos.org.br.

Fonte: UFMA



Nota da CUT sobre o pacote de ajuste fiscal anunciado pelo ministro Haddad

Em nota, Central reconhece que as medidas apresentadas na proposta atendem reivindicações históricas do movimento sindical e popular. Leia a nota abaixo

[Leia a Nota](#)



Greve de servidores poderá ser regulamentada para não afetar serviços essenciais

A União planeja debater a regulamentação do direito de greve para os servidores, com o objetivo de garantir que a paralisação de atividades não comprometa serviços essenciais. A proposta inclui a criação de regras claras que definam as atividades indispensáveis, assegurando que a população não seja prejudicada em caso de uma cadeia de greves, como ocorreu nos dois primeiros anos de governo.

Desde 2023, diversas categorias, como professores universitários e auditores-fiscais, realizaram greves para pressionar o governo por reajustes salariais. No fim de outubro, os auditores-fiscais da Receita Federal cruzaram os braços por dois dias, reivindicando a abertura de uma mesa de negociação.

O governo também quer avançar na regulamentação da negociação coletiva, prevista pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A falta de um "manual" tem levado a judicializações e à aplicação de penalidades severas contra movimentos grevistas. Outro ponto é a necessidade de modernizar as carreiras públicas e lidar com o déficit de pessoal. Cerca de 66 mil servidores estão aptos a se aposentar, representando 11,4% do total. A projeção é que esse número chegue a 180 mil em dez anos.

Avaliação de sindicalistas

Dirigentes sindicais, como Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), e Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da



Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), defenderam que a regulamentação deve garantir os direitos constitucionais dos servidores.

Marques enfatizou que qualquer projeto deve equilibrar o interesse público com a preservação do direito à greve.

– Uma regulamentação justa deve ser fruto de negociações com as entidades sindicais. Não podemos aceitar que a definição de atividades essenciais seja usada para enfraquecer a capacidade de mobilização dos servidores.

Silva criticou a demora do governo em enviar ao Congresso uma proposta construída em consenso com sindicatos.

– O direito à greve está diretamente ligado ao direito à negociação coletiva. Sem isso, as greves continuarão sendo o único caminho para buscar diálogo e avanços.

Apesar dos avanços, os sindicatos questionam a eficácia do diálogo com o governo. Silva apontou que, embora haja disposição declarada para negociações, é necessário criar instrumentos legais que garantam consistência e continuidade no diálogo entre servidores e o governo.

Outro lado

O Ministério da Gestão foi procurado para comentar os detalhes da regulamentação proposta, mas respondeu não ter novidades sobre o tema. No entanto, complementou que:

"o Governo Federal instituiu um Grupo de Trabalho (GT), que contou com a participação de entidades representativas das servidoras e dos servidores, para discutir uma proposta de regulamentação da negociação das relações de trabalho no serviço público, a partir da internalização da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil, incluindo a regulamentação do direito de greve e o direito da população de acessar os serviços públicos. O resultado do GT foi uma proposta de Projeto de Lei para regulamentação das negociações e o direito de greve na Administração Pública, em todos os seus níveis e esferas. A proposta ainda será apresentada às entidades representativas em reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), a ser agendada."

Fonte: Extra